

Valorização e mercantilização da água
Valorisation and commodification of water
Valorización y mercantilización del agua

Recebido: 12/12/2019 | Revisado: 28/01/2020 | Aceito: 25/05/2020 | Publicado: 01/06/2020

Ramon de Souza Ferreira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1629-1741>

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

E-mail: marromsf@hotmail.com.br

Resumo

Século XXI e as nações e corporações visam aumentar seu patrimônio através de políticas e medidas que nem sempre beneficiam a população ou o país como um todo em que atuam. Com o objetivo de mercantilizar bens, existe a necessidade de definir valores e preços para que mercadorias possam ser comercializadas pelo mundo. Através dessa prática que se dá início ao lucro e ao enriquecimento. Entretanto, não é possível comprar ou vender algo que não tenha seu valor pré-definido. Comercializar algo envolve primeiramente definir qual valor tal mercadoria possui. Um dos maiores desafios de comercialização tem sido em relação à mercantilização da água. Esse trabalho aborda o tema referente a evolução do comércio da água, as tentativas de dar valor e mercantilizá-la e o pouco conhecido mercado da água que persiste em capitalizar a água através do processo de valorização e mercantilização como se esse recurso natural fosse propriedade particular de uma pessoa, empresa, corporação ou até mesmo de um mesmo país. Nesse trabalho foi utilizada a revisão bibliográfica que consiste em reunir material já existente em artigos, livros, revistas, dentre outros com o objetivo de defender ou refutar uma ideia. Foi abordado o esforço que grandes corporações estão empenhando com o intuito de controlar a posse e distribuição de água que é um bem que deveria ser disponível a todos sem custos adicionais. Por fim é concluído que esse comércio já está bem estruturado e movimentando bilhões de dólares todos os anos, entretanto, de forma bem sutil passando despercebido pela população mundial.

Palavras-chave: Riqueza; Água; Valorização; Mercantilização.

Abstract

21st century and nations and corporations aim to increase their assets through policies and measures that do not always benefit the population or the country as a whole. Embedded in the process of profit generation is the task of giving value or price to things and such a practice is a way to market products. However, it is not possible to buy or sell something that has no predefined value. Trading something involves first defining what value such merchandise has. One of the biggest marketing challenges has been in relation to the commodification of water. This paper addresses the issue of the evolution of water trade, the attempts to value and commodify it, and the little-known water market that persists in capitalizing on water through the process of valorization and commodification as if this natural resource were privately owned. from a person, company, corporation or even from the same country. The literature review also addresses the effort that large corporations are making to control this asset that should be available to all at no additional cost. Finally it is concluded that this trade is already well structured and moving billions of dollars every year however, very subtly going unnoticed by the world population.

Keywords: Wealth; Water; Appreciation; Mercantilization.

Resumen

El siglo XXI y las naciones y corporaciones apuntan a aumentar sus activos a través de políticas y medidas que no siempre benefician a la población o al país en general. Incrustado en el proceso de generación de ganancias está la tarea de dar valor o precio a las cosas y tal práctica es una forma de comercializar productos. Sin embargo, no es posible comprar o vender algo que no tenga un valor predefinido. El comercio de algo implica primero definir qué valor tiene dicha mercancía. Uno de los mayores desafíos de comercialización ha sido en relación con la mercantilización del agua. Este documento aborda el tema de la evolución del comercio del agua, los intentos de valorarlo y comercializarlo, y el mercado del agua poco conocido que persiste en capitalizar el agua a través del proceso de valorización y mercantilización como si este recurso natural fuera de propiedad privada. de una persona, empresa, corporación o incluso del mismo país. La revisión de la literatura también aborda el esfuerzo que las grandes corporaciones están haciendo para controlar este activo que debería estar disponible para todos sin costo adicional. Finalmente, se concluye que este comercio ya está bien estructurado y mueve miles de millones de dólares cada año, sin embargo, muy sutilmente pasa desapercibido para la población mundial.

Palabras clave: Riqueza; Agua; Valoración; Mercantilización.

1. Introdução

A comercialização de água visando gerar lucro não teve seu início agora através do capitalismo. Essa prática vem sendo adotada muito antes do primeiro século. No Oriente Médio já existiam regras de uso e justa alocação de fontes de água com intuito de beneficiar as populações mais carentes que não podiam pagar pelo usufruto do recurso. Dentre as regras estavam a garantia da possibilidade de uso para qualquer pessoa em caso de dessedentação e usos essenciais (CIVIC, 1998). Essa temática ainda permanece e o debate sobre a mercantilização da água ainda não chegou ao fim.

Uns acreditam que a água pode e deve ser mercantilizada, já outros acreditam que ela deva ser tratada como uma dádiva e todos tenham direito de uso (Castree, 2003; Goddard, 2000; Lapavitsas, 2004). Ainda é possível verificar em alguns locais que a água é vista como um direito de todos, como no caso de cidades no Oriente Médio e norte da África. Um exemplo bem específico é a cidade do Cairo onde as pessoas colocam vasos de barro com água para que qualquer pessoa que passe por ali possa fazer o uso (Salzman, 2005; WOLF, 2000).

Com uma visão distorcida e amplamente utilizada, as empresas que comercializam água se fundamentam em um invento da antiguidade para justificar sua posição. Projetada por Heron de Alexandria (10-70 d.C.), a engenhoca operava vendendo água benta para os fiéis e seu objetivo era evitar o desperdício, pelo menos essa era a explicação (Vending Machine Business, 2009). Mesmo apoiando que não se tratava de um invento com fins lucrativos, essa prática foi atraindo empreendedores que se interessavam pela mercantilização da água (Humphreys apud Jaffe, 2006).

Segundo Camponera (1954), ainda houve grande disseminação desse novo tipo de mercado sendo possível notar que outras regiões distantes também praticavam essa técnica como o caso do Oriente Médio, Paris pré-revolucionária (Goubert, 1986), Lisboa no século XVI (Ramos Tinhorao, 1997), Buenos Aires (Herz, 1979), Cidade do México (Llamas Fernández, 1991), Rio de Janeiro (Soares, 1988) e São Paulo (Sant'anna, 2007) e as capitais do mundo islâmico (Gran, 1999).

Em relação ao comércio da água, é importante definir de acordo com Castree (2003), as commodities e a mercantilização referentes à água. Novamente não existe uma definição aceita por todos. Enquanto uns criticam a mercantilização da água como Karen Bakker em seu trabalho intitulado *An Uncooperative Commodity* (em livre tradução Uma mercadoria não cooperativa) e McDonald e Ruiters com *The Age of Commodity* (em livre tradução A Era da

Mercadoria), ambos de 2004, outros como a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) através de seus relatórios sobre a água classifica serviço de água encanada e esgoto sanitário como mercadorias e consultores que trabalham com grandes investidores despertam sobre as futuras definições de commodities para água (Lewis & Smith 2007), e outros movimentos que são opositores à mercantilização e a favor dos direitos do ser humano e da natureza (Bond, 2004).

2. Imperialismo e Privatização da Água

Segundo Barlow & Clard (2003), o processo de privatização da água foi iniciado na metade do século XIX pelo governo francês e desde então algumas corporações vem se destacando nesse segmento. No presente momento já conseguem monopolizar 70% de todo mercado de água no mundo. Quando se organizam essas empresas podem formar corporações como a Comissão Trilateral ou organizações como a Comissão Mundial da Água.

Em relação a água doce, as instituições aplicam o imperialismo que Lênin define como a fase monopolista do capitalismo e teve seu surgimento a partir das características próprias do capitalismo em geral. De acordo com Lênin (1987),

Simplesmente, o capitalismo só se transformou no imperialismo capitalista num dado momento, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando se formaram e se revelaram plenamente os traços de uma época de transição do capitalismo para um regime econômico e social superior. O que, sob o ponto de vista econômico, existe de essencial neste processo é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas Lênin (1987).

Ainda seguindo o conceito de fase monopolista do capitalismo, o autor trabalha com outros fatores e relaciona o imperialismo com o capital financeiro que tem seu surgimento imediatamente após a junção do capital bancário, industrial e a divisão do território mundial entre as maiores nações capitalistas. Essa divisão é importante porque trata da conquista de novos monopólios por grandes potências. Essa ideia é a mesma usada por multinacionais que avançam para conquistar não só novos mercados, mas também matéria prima.

Porém Magdoff (1973) vai além e diz que o imperialismo de que Lênin fala em relação aos monopólios das grandes organizações é muito mais significativo do que uma simples desigualdade de relação entre as nações. Existe sim uma relação entre a política utilizada pelas grandes potencias que procuram controlar de forma direta ou indireta as maiores quantidades de territórios e a política de expansão das grandes empresas.

Para Cohen (1973), o imperialismo não é só relacionado com as nações, mas também com as grandes empresas que buscam sua expansão através de concorrência e cooperação entre si e usam os governos em favor dos próprios interesses e como moeda de troca oferecem apoio e influência política. De acordo com Kucinski (1981), esse imperialismo não é barrado pelas fronteiras demográficas e atinge todos os governos atuando em um sistema liberal econômico.

O termo multinacional foi usado pela primeira vez em 1960 pelo economista David Lilienthal em um trabalho e posteriormente pela revista Business Week onde publicou vários relatórios sobre as então denominadas Corporações Multinacionais. Essas empresas movimentam grandes quantidades de dinheiro e em alguns casos superam até o Produto Nacional Bruto de países.

Um desses casos ocorreu em 1978 quando quatro multinacionais que são mais poderosas que alguns Estados – General Motors, Exxon, Ford Motor e Royal Dutch-Shell – e que possuem grande poder de acumulação de capital superou a US\$40bi cada uma ultrapassou o Produto Nacional Bruto de países superdesenvolvidos como Dinamarca, Noruega e Finlândia. A grande maioria delas na década de 70 eram norte americanas e representavam mais de 50% do total das multinacionais mundiais.

O domínio era tamanho que Kucinski (1981) diz:

Sob a égide das multinacionais, o capitalismo assumiu abertamente seu caráter supranacional e criou uma ideologia nesse sentido, surgiram os mercados comuns, os embriões de governos supranacionais, fóruns como o Clube de Roma ou a Comissão Trilateral, em que presidentes de grandes corporações multinacionais de todos os continentes passaram a discutir estratégias comuns para o futuro (*Ibid*, 1981).

As multinacionais conseguem prosperar até mesmo em momentos de guerra e obter lucro nas situações mais degradantes de uma nação. Havendo oportunidade, elas entram e aplicam o seu sistema – capitalista – que acreditam ser o sistema econômico ideal e começam o seu processo de captação de mercados potenciais e fontes de matéria prima. Essas organizações são tão poderosas que ultrapassam suas fronteiras e influenciam em decisões políticas a ponto de derrubar governos marxistas e manter sua influência, como no Chile na década de 70 contra Salvador Allende. Os governos marxistas são fundamentados na socialização da produção resultando em um aumento na produtividade e decréscimo nas jornadas de trabalho. Segundo Magdoff (1973), a questão não é nem tanto pelo lado financeiro, mas o principal interesse é a dominação e conquista de novos territórios de

atuação, o enriquecimento é consequência nesse processo.

Nesse processo de dominação dos recursos naturais pelas multinacionais, primeiramente o foco foi colocado sobre o petróleo. Na época era importante colocar os chamados países de Terceiro Mundo apenas como fornecedores de matéria prima. O início do processo de consolidação ambiental se iniciou nesse ponto. Foi preciso primeiro desenvolver essa ideia de fornecimento de matéria prima na década de 1970 e controlar o petróleo para depois só então na década de 1990 criar a famosa crise hídrica e tornar a água uma commodity. E mais uma vez o capital aparece com outra roupagem no seu processo de substantivação e domina mais um setor. Em relação a água, ela é colocada como uma demanda mundial e gera sua autovalorização durante sua circulação (Carcanholo, 1999).

Para Barlow (2003), sempre existem contradições no capitalismo e mesmo tratando a água como algo que está ficando escasso, o processo de mercantilização desse recurso está cada vez maior. A ideia de preservação e conservação da água imposta atualmente através de conferências, documentos e estudos pelas organizações intensifica ainda mais a mercantilização da água e se apresenta como a solução para o problema da escassez ao ponto de ser capaz de controlar seu uso através da variação de preços.

O problema não é se a água tenha que ter valor ou não, mas como isso funciona. As multinacionais denominadas Senhores da água dominam esse comércio e ainda são defendidas pelas organizações internacionais. Duas delas são as francesas Vivendi Universal com atuação em mais de 90 países e a Suez em mais de 130 países. Segundo o mesmo autor outras corporações também estão na lista dos Senhores da água como Bouygues-SAUR, RWE-Thames Water, Bechtel-United Utilities, Enron-Azurix, Severn Trent, Anglian Water e a Kelda Group. Essas multinacionais ainda possuem outras atividades em outros setores como energia e gás.

O capital movido pela água influencia diretamente na economia, política e instituições financeiras que pregam que esse ramo tem um futuro promissor. E o ciclo não tem fim, pois pela lógica do sistema capitalista qualquer coisa que possa gerar lucro deve ser explorada e tida como extremamente importante e deve ser regulada pelos mais poderosos. Para aumentar seus lucros os grandes querem dominar mais os recursos e consequentemente lucrar mais impondo pressão sobre os órgãos que deliberam sobre os direitos de usos da água como o Conselho Mundial da Água.

Desde os anos 70 através do processo chamado de mercantilização criado a partir das premissas da mercantilização, privatização e integração oligopolista mundial quando a água começou a ser vendida engarrafada, tratada, potável ou gaseificada é que ocorre a ampliação

do sistema imperialista que domina grande parte da água doce do planeta (Petrella, 2000).

A água começa então a ser tratada como mercadoria invertendo seus conceitos básicos e passa de um recurso de direito para uma necessidade que deve ser paga. Esse processo é feito quando as políticas públicas permitem que o setor privado ofereça a água por acreditarem que o desenvolvimento econômico e social é impulsionado pelo investimento privado e dessa forma permitem que nem todas as pessoas possam pagar pelo uso do recurso (*Ibid*, 2003).

Quando necessita realizar seus desejos as grandes organizações como os bancos FMI e Brenton Woods impõem medidas que os beneficia de forma não direta como fez com os países subdesenvolvidos, com o intuito de conseguir realizar seus projetos ambientais, sociais e econômicos. O Estado deixa de atuar de forma eficiente e sente a necessidade de privatizar alguns serviços que acabam sendo executados por agências ligadas às organizações.

No sistema capitalista não existe a necessidade de uma corporação invadir um país e obter um terreno para dominá-lo. As coisas acontecem quando o sistema consegue mudar a visão das pessoas influenciando em suas decisões e nesse caso conseguem usar seus recursos naturais de forma legal. É o caso da exploração de fontes de água mineral, onde qualquer um pode explorar e mercantilizar seguindo algumas regras. Não é necessário tomar posse do bem, mas só usá-lo. Água e petróleo são comercializados da mesma forma e ora ou outra a água supera o preço do petróleo. Segundo Galeano (1994), a água engarrafada movimenta milhões de dólares seguindo a lógica capitalista no processo do imperialismo das organizações multinacionais.

3. O Valor da Água

O valor da água tem sido bastante discutido e estudado nas diversas áreas do conhecimento. Já existem diversos estudos que tratam dos valores e da valorização da água. Na grande maioria é entendido que os valores da água são multidimensionais e ilimitados além de possuir vários níveis. O Relatório da UNESCO sobre a água (WWAP, 2006) reconheceu que:

Na qualidade de elemento vital físico, emocional e cultural, a água precisa ser considerada algo além de um mero recurso econômico. O compartilhamento da água é um imperativo ético e uma expressão da identidade e solidariedade humanas [...]. Valorar a água, incluindo a promoção da sustentabilidade hídrica e da diversidade cultural, o patrimônio, e o conhecimento relacionados com a água, é crítico para

aprimorar nossa capacidade de adaptação a um mundo sempre mutável. A valorização econômica dos recursos hídricos precisa ser reconhecida dentro desse contexto mais amplo e mais complexo da valorização da água (WWAP, 2006).

Mesmo com esse reconhecimento relacionado aos valores da água em várias dimensões, os países capitalistas ainda baseiam a valorização da água em três principais ideias simplistas e que acabam gerando grandes discussões principalmente no quesito da racionalização. A primeira ideia defendida pelas corporações é que o único ou principal motivo para a água ter valor é o trabalho humano necessário para disponibilizá-la.

Dessa forma, independentemente do tipo de uso ou tipo de água o seu valor sempre será definido como uma combinação de trabalho e custo de trabalho. Em outras palavras a água é gratuita e o que se paga atualmente é pelo processo de disponibilização da mesma. A segunda ideia é de que a água doce é infinita e os rios tem o poder de autodepuração, ou seja, se recuperarem quase sempre da poluição e tornarem limpos de novo. Mesmo não conseguindo sustentar essa ideia, e tendo a prova contrária evidente em vários cenários que estão se desertificando, os países capitalistas ainda a tratam como verdadeira. Por fim, a terceira ideia estabelece que a água é apenas um recurso e por assim ser suas funções e valores são reduzidos e são colocados em favor do desenvolvimento.

Essas ideias estão implícitas no pensamento relacionado à água. A primeira e terceira ideia são resultados em parte da racionalização onde a água é tida apenas para a produção capitalista e não levada em conta outras necessidades e formas de uso. Porém, a omissão e o uso desenfreado da água refletem uma forma irracional de tratamento dentro de um processo de racionalização. Enquanto que a grande captação talvez seja considerada como uma forma de acumulação e disponibilização gratuita ou muito barata, por outro lado a visão de água ilimitada e o fator da autodepuração fazem oposição às características de cálculo e previsão exigidas pela mercantilização capitalista.

4. Racionalização: Valorização e Mercantilização da Água

Mesmo não sendo exclusividade do ocidente, os elementos do processo de racionalização como a mercantilização e valorização são as formas capitalistas de desenvolvimento que hoje dominam o mundo. Os países que têm o domínio da água conseguiram também ter o controle sobre as populações e sobre o desenvolvimento mundial. Para Weber (1946), a previsibilidade é baseada no conhecimento preciso e também na subordinação e na mudança de conhecimento e sistema de valores preexistentes como

religioso. Atuam através das ações sociais e organização que são características do capitalismo ocidental principalmente pela produção e circulação de mercadorias de forma capitalista. Mesmo estando no século XXI e com toda tecnologia já desenvolvida a relação do homem com a água ainda foge do processo de racionalização até mesmo nos países mais capitalistas (Strang, 2004; 2005).

Em relação ao conhecimento ou desconhecimento como ferramenta do capitalismo abordado por Max Weber, a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura em tradução livre, em seu relatório anual de 2006 sobre a água expõe o seguinte:

Poucos países têm conhecimento de quanta água está sendo utilizada e para quais propósitos, a quantidade e qualidade da água disponível e o que pode ser retirado sem graves consequências ambientais, e quanto está sendo investido em administração e infraestrutura hídrica. A despeito da disponibilidade de sensoriamento remoto e tecnologias de sistemas de informação geográfica que podem simplificar o monitoramento e os relatórios, e apesar da crescente necessidade de tal informação num mundo cada vez mais complexo e que sofre rápidas alterações, sabe-se cada vez menos a cada década que passa (UNESCO, 2006).

Não ter conhecimento sobre quem regula, administra, possui, quanto usa, para qual o fim usa só mostra que a água já se tornou uma mercadoria. Castro (2013) diz:

Este fato é especialmente fundamentado quando considerada a estreita relação entre o processo de mercantilização e de racionalização da propriedade incorporado no desenvolvimento dos direitos de propriedade privada claros e seguros que constituem a fundação dos mercados capitalistas de mercadorias. Com relação a isso, as sociedades humanas desenvolveram relações de propriedade baseadas na diversidade de formas da propriedade coletiva, sendo a água um exemplo fundamental (Castro, 2013).

O mercado da água ainda não avançou como as grandes corporações desejam devido às imposições colocadas pela sociedade e alguns governos. De acordo com North e Thomas (1973), não houveram grandes mudanças da década de 1970 até hoje em relação à definição de propriedade de recursos como ar, água e florestas criando o obstáculo para a capitalização dos mesmos. Entretanto, ainda foram impostos programas de privatização da água como ferramenta da racionalização capitalista. (Castro, 2008; Bakker, 2010; Goldman, 1998; McCarthy, 2005; Swyngedouw, 2005; Urs & Whitell, 2009).

De acordo com Castro (2013), outras questões de fundamental importância ainda precisam ser resolvidas como em relação ao valor da água; origem do valor; qual a natureza

desse valor podendo ser econômica, social ou política para a água e para serviços ligados a ela; como são medidos esses valores; em que são baseados; o que deve ser considerado como custo na água e nos itens baseados nela e para quem e por que tem esse custo e esses são outros motivos que frearam o processo de valorização e mercantilização da água. Dessa forma, a abordagem sempre tem sido baseada apenas no fator econômico tratando apenas do mercado da água.

5. Processo de Mercantilização da Água

De acordo com Marx (1974), o conceito de mercadoria é dado como uma articulação do valor do uso ou do valor de troca na produção generalizada dos valores sociais de uso que define o sistema capitalista de produção. Tratar a água como uma mercadoria só seria possível se fosse restringir quase que totalmente a possibilidade de seus diversos usos e se colocar da forma mais restrita possível. Porém, a água possui várias funções e uma diversidade de valores que podem ser exemplificados através da relação social de produção e da troca de mercadoria como por exemplo nas diferentes formas de comércio de água.

Se faz necessário analisar todas as formas de usos da água e saber pautar quais poderiam ser dadas como formas de mercantilização. O conceito de mercantilização no capitalismo parte da premissa que os proprietários privados podem trocar seus próprios produtos em mercados. Definir o conceito de uma troca geral e uma troca particular altera o sentido da mercantilização. Em se tratando da propriedade privada, a água foi e ainda é comercializada com um rótulo de direito de uso e destinada ao uso próprio ou para produção de algum bem e não é tida como um produto mercantilizado segundo os padrões capitalistas. Porém, mercados de água funcionam abertamente pelo mundo afora como o mercado de irrigação com águas subterrâneas das Ilhas Canárias (Aguilera Klink, 2002; Macías Hernández, 1990), na Índia, Bangladesh ou Paquistão (Meinzen-Dick, 2000; Sadeque, 2000), mercados de neve no leste da Espanha (Mallol Ferrándiz, 1989) e os mercados mais antigos do sul da Austrália, algumas partes dos Estados Unidos da América e Chile.

Para Bjornlund & McKay (2002), é importante saber como funcionam os mercados de água e até que ponto são feitos de forma livre e espontânea a mercantilização da água pelos seus possíveis proprietários. Em seu estudo sobre adoção de políticas de mercado para a administração da água ele aponta que:

Resultados eficientes de mercado só serão realizados em determinadas condições, tais como: um eficiente fluxo de informações de mercado, por exemplo, preço, demanda e

fornecimento; direitos de propriedade seguros; facilitadores de mercado eficientes, e um esforço de pesquisa suficiente. Provavelmente o melhor exemplo de um mercado tão eficiente é o mercado de ações. Todavia, os mercados de água são desprovidos da maioria dessas características muito em função da natureza do recurso e do local do mercado, e, portanto, fadados a falhas de mercado (Bjornlund & McKay, 2002).

Também foi notado no trabalho de Kaiser e Philips (1998) que o mercado de água nos Estados Unidos da América especificamente no estado do Texas funciona de forma tão metódica que em nada se assemelha às simples transações de mercadorias ditas anteriormente, mas sim como as transações feitas pelo capitalismo. Segundo Dourojeanni & Jouravlev (1999) e Bauer (2004), influenciados por políticos foram realizados estudos no Chile com a finalidade de derrubar as teorias relacionadas ao comércio capitalista de água.

Os principais países que dão apoio ao mercado da água através da administração e alocação do recurso são Estados Unidos da América, Chile e Austrália. Mesmo não reconhecendo que praticam a mercantilização da água, esse tipo de troca de mercadorias de forma livre é quase inexistente nos países onde existe o sistema capitalista. Porém, não é pelo fato que a mercantilização da água acontece na maioria do mundo que esse recurso já tenha virado uma mercadoria no seu sentido mais estrito.

6. Meio Ambiente e o Desenvolvimento Capitalista

O crescimento desenfreado da população e, o consumismo imposto pelo sistema capitalista traz como resultado grandes quantidades de geração de resíduos e impactos causados pelos mesmos quando não tratados.

A grande quantidade de pessoas desempregadas e excluídas aglomeradas em áreas ilegais criam as denominadas favelas e trazem problemas relacionados ao tráfico de drogas, marginalidade e violência. Juntamente com isso ainda existem as condições precárias de alimentação, habitação e saneamento. Nessas áreas de risco os habitantes sobrevivem muito abaixo da linha de pobreza e estão totalmente vulneráveis a quaisquer alterações climáticas que possam ocorrer na região.

Essas condições precárias também são responsáveis por grande parte das doenças e mortes. Por ser área ocupada de forma irregular, não existe o cuidado de planejamento e o desmatamento ocorre de forma desenfreada suprimindo a biodiversidade existente no local. O aumento da concentração de gás carbônico na atmosfera tem sido discutido grandemente devido a suposta ligação com o efeito estufa.

Em relação a água, a sua escassez tem sido assunto em quase todas as regiões. A água potável tem se tornado cada vez mais escassa e sua disponibilidade tem sido cada dia mais dificultada devido ao aumento da população e ao desenvolvimento industrial que necessita muito desse recurso. Ainda existe o problema da poluição dos corpos d'água e das zonas costeiras por esgotos não tratados e dejetos industriais (Bissio, 2000).

Os problemas ambientais como desmatamento e degradação do solo para produção de alimentos além de destruir o meio ambiente através da supressão de florestas e corpos d'água tem se mostrado irreparáveis e seu objetivo de gerar alimento ainda não foi capaz de alimentar toda a população mundial. Em parte, tem culpa os governos dos países pobres onde imperam a corrupção e por outro lado os países ricos que implantam seu sistema capitalista com intuito de explorar de todas as formas essas nações. Essa ideologia leva os mais pobres às situações críticas ambientais, sociais e políticas.

7. Preservação do Meio Ambiente e o Avanço do Capitalismo

Os novos conceitos ambientais mundiais exigem que os recursos naturais disponíveis no planeta sejam usados sem que sejam exterminados. Garantir a mesma qualidade e recursos naturais disponíveis para as futuras gerações tem sido a definição da forma sustentável que o ser humano deve adotar para viver. Segundo Moreira (2007), o conceito aplicado nas últimas décadas do século XIX envolve o relacionamento digno entre todas as pessoas, recursos naturais e terras com uma utilização correta dos recursos naturais de forma que possa ser garantida a renovação do meio ambiente. A conservação pressupõe a exploração dos recursos de forma sustentável. Já a preservação representa uma forma que visa proteger os recursos naturais não permitindo a ação antropológica e evitando qualquer interferência no meio preservado.

Surgiu então, a preocupação em relação ao impacto que o desenvolvimento causa e uma nova forma de ética, a ética planetária. De acordo com Boff (2002), o objetivo da ética planetária é aumentar as campanhas relacionadas à conservação do meio ambiente e prevenir as futuras gerações para possíveis catástrofes que venham acontecer. É preciso reconhecer que algumas ações não trazem impactos apenas locais, mas podem alcançar o planeta todo e a ética planetária pode atuar juntamente com as ciências da Terra.

Dessa forma, é possível se desenvolver sem impactar tanto o planeta buscando sempre o equilíbrio e a conservação e evitando crises ambientais. É possível produzir riquezas de forma sustentável através de planejamento e visão ambientalmente correta reconhecendo que

os recursos são limitados e devem ser usados com cautela visando o uso futuro.

O desenvolvimento sustentável trabalha com a ideia de que desenvolvimento econômico e qualidade do meio ambiente estão intimamente relacionados e que um impacto local pode gerar desgastes até mesmo mundiais. Trabalhar de forma sustentável pode garantir o futuro da sociedade, empresas e gerações futuras. Porém alguns problemas ambientais também estão ligados a fatores sociais e o crescimento acelerado da população mundial.

Conscientizar a sociedade sobre os efeitos negativos trazidos pelo consumismo exigido pelo capitalismo, inclusive no meio ambiente tem sido tarefa difícil, visto que as grandes empresas e corporações injetam grandes quantidades de recursos para que a visão da conservação seja posta em segundo plano. Porém, uma economia sustentável é reflexo de: desenvolvimento sustentável, no qual existe a harmonia entre o desenvolvimento financeiro e a preservação do meio ambiente. Júnior (2002) acredita que é possível conceber um capitalismo que ele chama de capitalismo sustentável e escreve:

Esse desenvolvimento significa então a manutenção das atuais formas de exploração, mas sob a capa de uma questão de interesse da humanidade. É por isso que os principais instrumentos formuladores de políticas ambientais estão nas mãos de organismos internacionais, ou para falar a mesma coisa sob outra forma, do grande capital. Ora, todos esses aspectos dizem respeito ao processo de circulação-produção-circulação do capital. Deve-se então procurar entender o padrão de reprodução do capital na época capitalista que culmina na busca pelo desenvolvimento sustentável (*Ibid*, 2002).

8. Considerações Finais

Na tentativa de mercantilizar recursos naturais, corporações e grandes empresas tentam a todo custo naturalizar e customizar essa prática. O principal mercado existente atualmente é o da água que é um recurso necessário à manutenção da vida e essencial para produção de alimentos. Controlar esse mercado significa lucro garantido já que o recurso está disponível para captação e comercialização quase que sem nenhum custo e todos precisam usá-lo.

Um dos problemas enfrentados pelos interessados em mercantilizar a água é conseguir definir qual seria seu valor. Não existe ainda consenso em relação ao que seria levado em conta na hora de definir os valores da água e isso vai muito além do simples fator econômico. Todas as esferas – social, ambiental, econômica – precisam fazer parte dessa caracterização e esse bem não pode ser exclusivo às classes que podem pagar por ele.

Outro fator importante relacionado à mercantilização da água é em relação a quem pode e tem o direito de realizar esse comércio. Um recurso proveniente da natureza e que o homem não possui controle de sua produção. Como se corporações tentassem vender o que elas não produzem. Visto por muitos como uma dádiva, ainda existe outro agravante em relação à tentativa de comércio da água, é um bem essencial à vida e que pode definir sua qualidade através do consumo ideal.

Essa batalha certamente será vencida pelo mundo capitalista que não visa outra coisa senão o lucro e fará o possível e impossível para que todos os envolvidos acreditem e vejam com naturalidade que a melhor forma de preservar e garantir a água para as gerações futuras é através de um controle rígido de mercado. Depois também acontecerá com as florestas e o ar. Atualmente pode parecer exagero, mas é assim que a mercantilização dos recursos naturais acontecerá. Primeiramente como a proteção e salvação do recurso e posteriormente como mais uma simples mercadoria comercializada pelo capitalismo.

Referências

Aguilera KF (2002). *Los mercados del agua en tenerife*. Bilbao: Bakeaz.

Bakker K (2004). *An uncooperative commodity privatizing water in england and wales*. Oxford: Oxford University Press.

Bakker K (2010). *Privatizing water. Governance Failure and the World's Urban Water Crisis*. Ithaca; London: Cornell University Press.

Barlow M & Clard T (2003). *Ouro azul*. São Paulo: M. Books.

Bauer CJ (2004). *Siren song: chilean water law as a model for international reform*. Washington DC: RFF Press.

Bissio B (2000). As soluções não se situam mais dentro da economia. *Revista Ecologia e Desenvolvimento*, 76.

Bjornlund H & McKay J (2002). Aspects of water markets for developing countries: experiences from Australia, Chile, and the US. *Environment and Development Economics*, 7:

769-95. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/environment-and-development-economics/article/aspects-of-water-markets-for-developing-countries-experiences-from-australia-chile-and-the-us/FB217F07AF4E3C18D8FE9ABFBBE55AA7>.

Boff L (2002). *Do iceberg à arca de Noé: O nascimento de uma ética planetária*. Rio de Janeiro: Garamond.

Bond P (2004). Water commodification and decommodification narratives: pricing and policy debates from Johannesburg to Kyoto to Cancun and back. *Capitalism Nature Socialism*, 15, p. 17-25. Disponível em: <http://ccs.ukzn.ac.za/files/bondcnswater.pdf>.

Carcanholo R & Nakatami P (1999). O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 20(1): 6.

Castree N (2003). Commodifying what nature? *Progress in Human Geography*, 27(1): 273-97. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1191/0309132503ph428oa>.

Castro JE (2013). A água (ainda) não é uma mercadoria: aportes para o debate sobre a mercantilização da água. *rev. UFMG*, Belo Horizonte, 20(2): 190-221, jul./dez.

Castro JE (2008). Neoliberal water and sanitation policies as a failed development strategy: lessons from developing countries. *Progress in Development Studies*, 8: 63-83. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/146499340700800107>.

Civic MA. (1998). A comparative analysis of the Israeli and Arab water law traditions and insights for modern water sharing agreement. *Denver Journal of International Law and Policy*, 26: 437-52. Disponível em: <http://lawlib.wlu.edu/LJ/index.aspx?mainid=223>.

Cohen BJ (1973). *A questão do imperialismo: a economia política da dominação e da dependência*. Rio de Janeiro: Zahar. p.113.

Dourojeanni A & Jouravlev A (1897). *El código de aguas de Chile: entre la ideología y la realidad. documento LC/R*. Santiago de Chile: United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), 1999.

Galeano E (1994). *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Goddard M (2000). Of cabbages and kin: The value of an analytic distinction between gifts and commodities. *Critique of Anthropology*, 20(2):137-51. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0308275X0002000203>.

Goldman M (Ed.). (1998). *Privatizing nature: political struggles for the global commons*. London: Pluto Press.

Goubert JP (1986). *The conquest of water. the advent of health in the industrial age*, Cambridge and Oxford: Polity Press and Basil Blackwell.

Gran P (1999). *Islamic roots of capitalism*. Egypt, 1760-1840. Cairo: The American University of Cairo Press.

Herz EG (1979). *História del agua en buenos aires*. buenos aires: Municipality of Buenos Aires.

Jaffe E (2006). Old world, high tech. *Smithsonian Magazine*, Dec. Disponível em: <http://www.smithsonianmag.com/>.

Júnior MR (2002). O desenvolvimento sustentável como política de recolonização para o capital. Texto apresentado no *IV Encontro Nacional da ANPEGE, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP*, entre 23 a 26 de março de 2002.

Kaiser RA & Phillips LM (1998). Dividing the waters: water marketing as a conflict resolution strategy in the Edwards Aquifer Region. *Natural Resources Journal*, 38: 411-44.

Kucinski B. (1981). *O que são multinacionais*. São Paulo: Brasiliense.

Lapavistas C (2004). Commodities and gifts: why commodities represent more than market relations. *Science and Society*, 68(1): 33-56.

Lênin VI (1987). *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global.

Lewis L, Smith L (2007). Water whets the appetite of commodity traders with an eye to the next fortune. *The Times*, London, 19 Oct.. Disponível em:

<http://www.thetimes.co.uk/tto/business/industries/banking/article2155587.ece>.

Llamas FR (1991). Abastecimiento de agua a la ciudad de México en el siglo XVI. In: Centro de Estudios Históricos de Obras Públicas y Urbanismo (CEHOPU) (Ed.). *Antiguas Obras Hidraulicas en America*. Madrid: Centro de Estudios Históricos de Obras Públicas y Urbanismo (CEHOPU), p. 189-200.

Macías HAM. (1990). Aproximación al proceso de privatización del agua en Canarias c. 1500-1879. In: Pérez Picazo MT, Lemeunier G. (Ed.). *Agua y Modo de Produccion [Water and Mode of Production]*. Barcelona: Editorial Crítica. p. 121-49.

Mallol FJ (1989). *Alicante y el comercio de la nieve en la edad moderna*. Alicante: Universidad de Alicante and Caja de Ahorros Provincial de Alicante.

Mccarthy J (2005). Commons as counterhegemonic projects. *Capitalism Nature Socialism*, 16(1): 9-24. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1045575052000335348>.

Mcdonald DA & Ruiters G (2004). *The Age of Commodity: water privatization in southern africa*. London; Sterling, VA: Earthscan.

Magdoff H Apud. Cohen BJ (1973). A questão do imperialismo: a economia política da dominação e da dependência. Rio de Janeiro: Zahar.

Marx K. *Capital*. (1974). A Critical Analysis of Capitalist Production. London: Lawrence and Wishart. v. 1.

Meinzen-Dick RS. (2000). Public, private and shared water: groundwater markets and access in Pakistan. In: Bruns BR (Ed.). *Negotiating Water Rights*. London: International Food Policy Research Institute. p. 245-68.

Moreira MS. (2018). *Passivo Ambiental: O conceito em debate*. Website INDG. Disponível em:

<http://www.indg.com.br/iso14000/texto3.asp>.

North DC & Thomas RP (1973). *The rise of the western world: a new economic history*. Cambridge: Cambridge University Press.

Petrella R (2003). A conquista da água. In: *Le monde diplomatique. a disputa pelo ouro azul*. São Paulo: Anita Garibaldi. p. 16-17.

Petrella R (2000). A nova conquista da água. Entrevista ao jornal francês *Le Monde Diplomatique*. Disponível em: <http://diplo.uol.com.br/2000-02,a1672>.

Ramos TJ (1997). *Os Negros em Portugal - Uma presença silenciosa*. Lisboa: Aaminho.

Sadeque SZ (2000). Nature's bounty or scarce commodity: competition and consensus over groundwater in rural Bangladesh. In: Bruns BR (Ed.). *Negotiating Water Rights, London: International Food Policy Research Institute*. p. 269-91.

Salzman J (2005). *Thirst: a Short History of Drinking Water*. Duke Law School Legal Studies Research Paper Series, n. 92. Durham, NC, Duke University, Duke Law School. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=869970>.

Sant'anna DB (2007). *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo*. São Paulo: SENAC.

Soares LC (1988). Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de História*, 16, p. 107-42. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=01020188&nrm=iso&rep=&lng=pt.

Strang V (2005). Common senses: water, sensory experience and the generation of meaning. *Journal of Material Culture*, 10(1): 92-120. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/249632227_Common_Senses_Water_Sensory_Experience_and_the_Generation_of_Meaning.

Strang V (2004). *The meaning of water*. Oxford; New York: Berg.

Swyngedouw E (2005). Dispossessing H2O: the contested terrain of water privatization.

Capitalism Nature Socialism, 16(1):8-98. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1045575052000335384?journalCode=rcns20>.

United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (UNESCO) – World Water Assessment Programme (WWAP). (2006). *Water, a Shared Responsibility*. The United Nations World Water Report 2. Paris; New York: UNESCO; Berghahn Books. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001454/145405E.pdf>.

Urs K & Whitell R (2009). *Resisting Reform? Water Profits and Democracy*. New Delhi; Thousand Oaks CA; London; Singapore: Sage.

Vending Machine Business. (2009). History of vending machine. Disponível em: <http://www.1st-vending-machine-business.com/history.html>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2018.

Weber M (1946). Science as a vocation. In: Gerth HH, Mills CW (Ed.). *From Max Weber: Essays in Sociology*. Oxford: Oxford University Press. p. 129-56.

Wolf A (20000029). Indigenous approaches to water conflict negotiations and implications for international waters. *International Negotiation*, 5, p. 357-73.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Ramon de Souza Ferreira – 100%